

REPARAÇÃO PELAS MÃOS DOS ATINGIDOS E ATINGIDAS: FUNDO POPULAR PARA PROJETOS COMUNITÁRIOS.



 **Aedas**

Associação Estadual de Defesa
Ambiental e Social

NOVEMBRO 2023

SUMÁRIO

06

1. VOCÊ SABIA QUE A AEDAS NASCEU DA LUTA DAS PESSOAS ATINGIDAS?

16

2. PROJETOS COMUNITÁRIOS: PARA REABILITAR TERRITÓRIOS E COMUNIDADES

24

3. A REPARAÇÃO INTEGRAL E JUSTA AINDA NÃO OCORREU

28

4. COMO FIZEMOS: APRENDENDO COM A BACIA DO RIO DOCE

32

5. A REPARAÇÃO INTEGRAL PELAS MÃOS DAS PESSOAS ATINGIDAS: O RIO DOCE QUE QUEREMOS!

6. PROJETOS COMUNITÁRIOS UMA ESTRATÉGIA BEM-SUCEDIDA PARA REABILITAÇÃO DE TERRITÓRIOS 40

7. O RIO DOCE QUE QUEREMOS! 44

8. QUANTO PRECISARIA SER RESERVADO PARA O FUNDO POPULAR? 50

9. NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS! 52

VOCÊ SABIA QUE A AEDAS NASCEU DA LUTA DAS PESSOAS ATINGIDAS?

1

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) foi criada no ano 2000, pelos moradores da comunidade de Casa Nova, no município de Guaraciaba (nas proximidades do rio Piranga, um afluente do rio Doce), ameaçados pelo Projeto Hidrelétrico de Pilar. O principal objetivo dos seus fundadores era defender os direitos da comunidade local frente aos interesses econômicos da empresa responsável pela execução do projeto, que iria alagar a região e destruir o modo de vida de centenas de famílias. Essa organização saiu vitoriosa e, desde então, o objetivo principal da AEDAS é interceder nas comunidades atingidas por barragens, no intuito de defender os direitos das famílias atingidas.

A AEDAS é, atualmente, a entidade eleita para prestar o serviço de Assessoria Técnica Independente (ATI) na bacia do rio Doce (nos territórios 3 – Vale do Aço, 6 – Conselheiro Pena, 7 – Itueta e Resplendor, e 8 - Aimorés; Barra Longa e Raul Soares), na bacia do Paraopeba (Regiões 1 – Brumadinho - e 2 - Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, Mateus Leme e São Joaquim de Bicas - atingidas pelo rompimento da barragem da mina B-1 de Córrego do Feijão/Brumadinho), na comunidade de Itatiaiuçu (atingida pelo acionamento do plano de emergência de barragem de mineração da mina de Serro Azul) e Bacia do Jequitinhonha na execução do projeto Veredas Sol e Lares, todas em Minas Gerais.





Roda de Diálogo em São Sebastião da Barra.
Iapu. Aedas. Setembro/2023. Cleiton Santos.

O direito de Assessoria Técnica Independente (ATI) é uma conquista recente das comunidades atingidas por grandes empreendimentos, um instrumento para que elas se auto-organizem para enfrentarem as consequências ambientais e sociais danosas das instalações, operações e rompimento. Esse direito é constantemente atacado, mas vem sendo defendido pelo povo atingido organizado com muita persistência em várias cidades que lutam contra os crimes praticados por grandes empresas.

Atualmente, está em votação no Congresso Nacional o projeto de lei 2788/2019, que propõe a criação da POLÍTICA NACIONAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS (PNAB), para garantir que o direito à Assessoria Técnica Independente, bem como o direito à Participação Popular informada e o direito à Reparação Integral e justa de todos os danos causados pelas mineradoras sejam garantidos.

A participação das pessoas atingidas pelo desastre do rompimento da Barragem de Fundão é muito importante para garantir que todos os danos sejam reparados e que crimes ambientais como este, não aconteçam mais.



do RIO ao MAR

justiça é construção popular!

RODAS DE DIÁLOGOS

Propostas de reparação de danos comuns à Bacia do Rio Doce

14 a 19 de setembro

Vale do Aço e Leste de Minas

 Aedas

A ATI AEDAS se coloca ao lado de todas as pessoas atingidas na luta pela Reparação Integral e por seu direito de participação e decisão sobre os futuros de suas vidas e comunidades. Por isso, a assessoria no Médio Rio Doce vem desempenhando, desde fevereiro de 2023, uma série de atividades em campo para informar e organizar à população, bem como para colher dados que embasem as suas reivindicações. Assim, em 8 meses de execução do projeto, a Aedas já realizou:

20

visitas técnicas, com 352 participações de atingidos e atingidas, sendo 180 mulheres e 172 homens;

41

reuniões e encontros de apresentação da ATI, com 1.212 participações de atingidos e atingidas, sendo 730 mulheres e 482 homens

50

reuniões de Grupos de Atingidos e Atingidas (GAA), com 503 participações, sendo 291 mulheres e 212 homens;

36

reuniões e encontros com Comissões de Atingidos para atender a decisão judicial, com 404 participações, sendo 225 mulheres e 179 homens;

4

reuniões com Comissões de Atingidos para atender ao TAC-Gov, com 37 participações, sendo 14 mulheres e 23 homens.

10

reuniões e oficinas com o Povo Puri, para construção do Protocolo de Consulta, com 72 participações, sendo 33 mulheres e 39 homens.

13

Rodas de Diálogo (RD), com 805 participações, sendo 439 mulheres e 366 homens.

02

Seminários Temáticos, com 53 participações, sendo 40 mulheres e 13 homens.

1328

aplicações de Registro Familiar (RF) e 4037 pessoas cadastradas até o presente. O Registro Familiar é composto por 330 perguntas sobre renda, enchentes, projetos comunitários, segurança alimentar e demais dados que serão apresentados nesta e nas demais cartilhas e nas demais Cartilhas produzidas pela Aedas.

Os números acima não contabilizam as reuniões destinadas ao TAC-GOV, que ainda estão em andamento.

Atualmente, vivenciamos mais um importante momento da luta das pessoas atingidas e, por isso, a AEDAS sistematizou 7 cartilhas com algumas das pautas mais recorrentes das pessoas atingidas. Objetivo é que todas e todos tenham em mãos mais um instrumento para a luta coletiva pela reparação integral

CARTILHA

Justiça é Construção Popular - Proposta de Direito à Participação Informada e Governança Popular do Acordo da Repactuação;

1

CARTILHA

"Ninguém pode ser deixado para trás!" Uma reparação para todos e todas. (Direito das mulheres, PCTs, idosos, crianças e adolescentes; PCDs e população negra)

2

CARTILHA

Rio Doce sem fome: Programa de Transferência de Renda.

3

CARTILHA

Reparação pelas mãos dos atingidos e atingidas: Fundo Popular para Projetos Comunitários

4

CARTILHA

Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) para todas as pessoas!

5

CARTILHA

Fundo para Reparação de Danos e Prevenção de Enchentes de Rejeitos

6

CARTILHA

Indenização Justa, Já!

7

DO RIO AO MAR, JUSTIÇA É CONSTRUÇÃO POPULAR!

PROJETOS COMUNITÁRIOS: PARA REABILITAR TERRITÓRIOS E COMUNIDADES

2

“Como a gente sempre tem falado, não existe repactuação sem o atingido, sem a presença daquele que foi, de fato, alcançado por essa tragédia. Nós estamos nessa luta já há quase oito anos. A nossa demanda era muito grande. Nós não temos água tratada, nós estamos à mercê. Muitas pessoas não foram reconhecidas, outras indenizações que foram feitas são injustas. E a gente não vai parar. A nossa voz é voz de justiça e ela vai não vai recuar. A gente sabe que vai dar certo”

(Sra. Eliane Gomes Silva, moradora da Ilha do Rio Doce, município de Caratinga)



Purys Resplendor, agosto/2023, Aplicação de Registro Familiar.
Foto: Tamires Aquino/Aedas.

Ao longo de oito anos, as pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão têm reivindicado a importância de um processo reparatório construído com participação popular e que seja capaz de refletir as necessidades das comunidades e territórios. Nesse sentido, nessa cartilha, foi sistematizada a proposta de criação de um FUNDO POPULAR para financiar projetos comunitários com vistas à reativação econômica dos territórios.

A pauta foi elaborada pelas pessoas atingidas e desenvolvidas nos espaços participativos da Aedas. Tem como objetivo reparar os danos socioeconômicos sofridos pelos municípios e suprir as insuficiências e falhas observadas nos programas de reparação que se encontram sob responsabilidade da Fundação Renova. Isso será feito por meio da garantia da criação, custeio e operacionalização de projetos comunitários que fomentem a inclusão produtiva, a pesca, a agricultura, a educação, a cultura, a ciência e a tecnologia.



Oficina do Protocolo de Consulta com o povo Pury em Aimorés.
Aedas/ Glenda Uchoa

Mas, afinal, o que são Projetos Comunitários?

PROJETOS COMUNITÁRIOS são ações sociais que têm por objetivo suprir dificuldades impostas à população em decorrência do desastre-crime e para executá-los é preciso que sejam definidos:



Em contextos de desastres, projetos assim, atuam na reparação e compensação coletiva, além de auxiliar na reabilitação e autonomia das comunidades. Atualmente, essa experiência está sendo vivenciada pelas pessoas atingidas da bacia do Paraopeba, conforme o Acordo assinado em 2021, que prevê em um dos seus anexos (I.1) a destinação de R\$ 3 Bilhões para projetos de demandas das comunidades atingidas. É considerado um avanço, pois é o único anexo do Acordo do Paraopeba que assegura a participação das pessoas atingidas em todas as fases.

E o Rio Doce e litoral Capixaba?

No caso da bacia do Rio Doce e do litoral capixaba, compreender como os danos ocasionados pelo **desastre continuado**, manifestam-se na criação e aprofundamento de situações de vulnerabilidade, a partir das quebras das cadeias produtivas, abalo a renda e alterações nos modos de vidas, é essencial para garantir meios efetivos de retomada das atividades econômicas.

DESASTRE CONTINUADO

O rompimento foi a origem de diversos danos ao longo da Bacia do Rio Doce e litoral capixaba, mas não é o seu fim ou a única fonte de danos. A demora na reparação, os danos na implementação e a insuficiência de programas socioeconômicos e ambientais de reparação, agravaram vulnerabilidades pré-existentes nos territórios pelos quais a lama tóxica de rejeitos passou e criaram novas vulnerabilidades. É um contexto no qual, os modos de vida, as atividades produtivas e econômicas tiveram sua manutenção e constância impossibilitadas, de modo que as necessidades de comunidades inteiras deixaram de serem supridas.

Ano a ano, com a ocorrência de enchentes, a lama despejada em 05/11/2015, é remexida. Mais e mais rejeito depositado nas represas hidrelétricas e acumulada nas margens avança pelo rio. Essa situação cria um quadro continuado de poluição do rio que tem impedido a retomada plena das atividades, que causa incerteza com relação à qualidade dos alimentos produzidos nas propriedades rurais e com relação ao pescado (ver cartilha 5).

Diversos dados coletados pela AEDAS demonstram os danos causados pelo desastre e a não reparação das comunidades, reafirmando as falas das pessoas atingidas acerca do dano coletivo à economia das comunidades, à perda de renda das categorias profissionais, a exposição à insegurança alimentar e demais consequências do empobrecimento, sejam elas econômicas ou vinculadas as atividades de subsistência e socioculturais.

82,54% é a estima de famílias que tiveram diminuição da renda do núcleo familiar devido ao rompimento da barragem. Entre as famílias pertencentes aos Povos e Comunidades Tradicionais esse número é ainda maior, com uma estimativa de **96,56%** das famílias.

Dentre os núcleos familiares que tiveram dificuldade de manter alguma prática, costume ou tradições e manifestações culturais após o rompimento da barragem, estima-se que **74,77%** entendem que o dano gerou a elas um abalo à renda.

Dentre as famílias que faziam uso do Rio Doce antes do rompimento da barragem, **84,44%** e **60,54%** respectivamente, utilizavam o rio como espaço de lazer e para trabalho;

97,43% é a estimativa de núcleos familiares atingidos pertencentes a Povos indígenas e Comunidades Tradicionais que deixaram de utilizar recursos naturais necessários para a manutenção de seus modos de vida devido ao rompimento da Barragem.



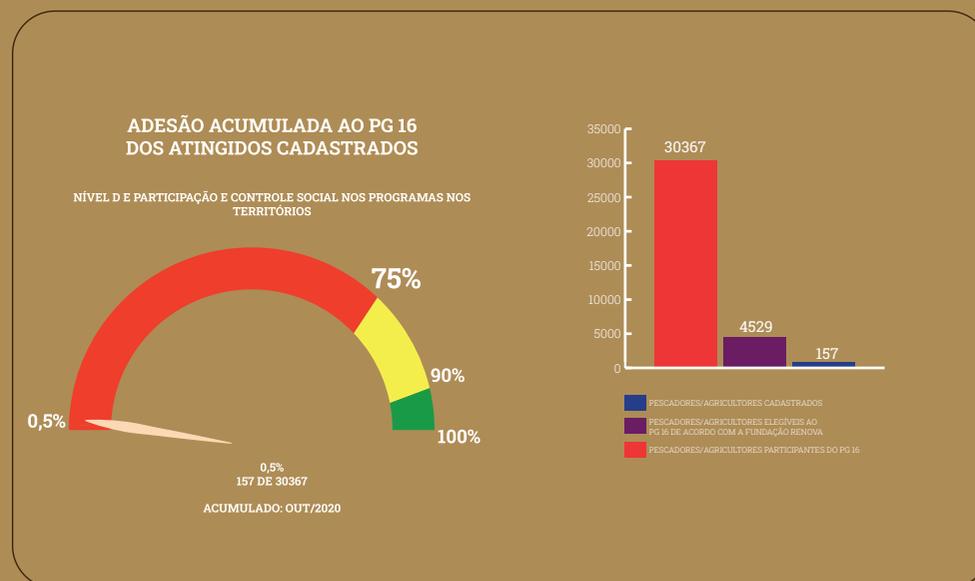
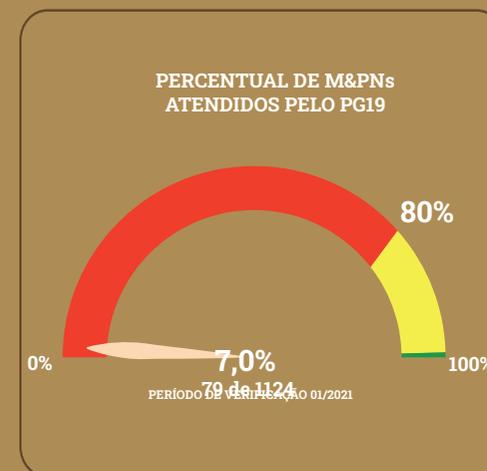
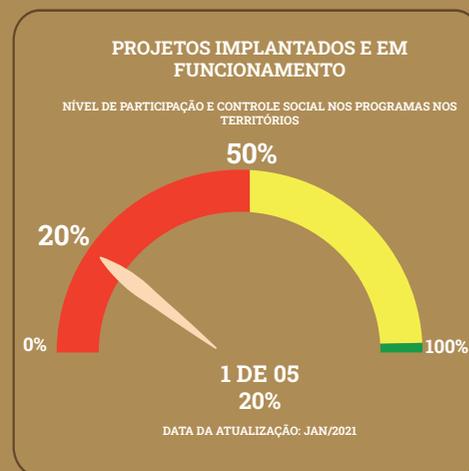
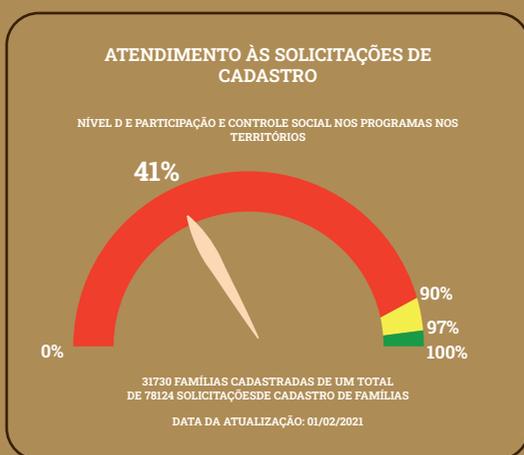
Como as empresas poluidoras lidaram com esses danos?

A REPARAÇÃO INTEGRAL E JUSTA AINDA NÃO OCORREU

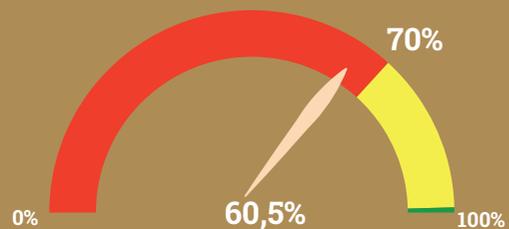
3

35,58% é a estimativa das famílias que não participam/participaram ou recebem/receberam de algum programa de reparação da Fundação Renova.

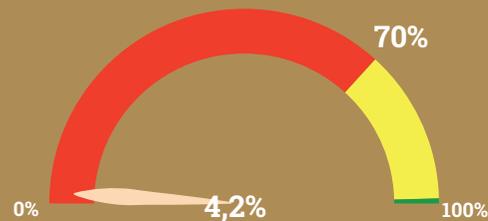
A Fundação Renova foi criada para executar uma série de ações e medidas para reparar às pessoas e comunidades atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão pertencente as mineradoras Samarco/Vale/BPH Billiton. Essa atuação foi estruturada em 42 programas, entretanto, a execução vem apresentando insuficiência, essa é a conclusão da Ramboll, contratada pelo Ministério Público Federal para realizar o monitoramento da reparação.



REPARAÇÕES DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS NO TERRITÓRIO 1



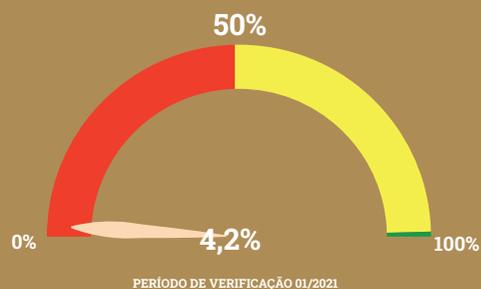
REPARAÇÕES DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS NO TERRITÓRIO 2



Alguns dos motivos de insatisfação levantados pela Aedas nos espaços participativos foram:

- 1 Pouco avanço nas dimensões da reparação coletiva;
- 2 reduzida participação das pessoas atingidas no planejamento, monitoramento e avaliação dos programas;
- 3 ausência de escopo aprovado, além de;
- 4 critérios de acesso distantes da realidade local, dentre outros.

PROJETOS IMPLANTADOS E EM FUNCIONAMENTO - ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA



PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DOS FUNDOS EM CONFORMIDADE COM AS DELIBERAÇÕES RELACIONADAS



COMO FIZEMOS: APRENDENDO COM A BACIA DO RIO DOCE

4

“O registro Familiar, nesse momento, é essa grande ferramenta, um instrumento construído com as informações que o povo queria, e é muito importante para levantar a situação de todas as comunidades que a gente trabalha: como elas estão após quase 8 anos do rompimento? A resposta que cada pessoa atingida vai dar, trará dados concisos, que irão endossar os documentos encaminhados a todas as instâncias, mostrando como as comunidades estão. Quem recebeu os auxílios, quem não recebeu, o que a comunidade quer, como ela quer, são informações que pretendemos levantar” (Mayara Costa)



Roda de diálogo com pessoas atingidas em Ilha Funda.
Aedas. Outubro/2023. Mariana Duarte

A Aedas possui em seu plano de trabalho uma metodologia participativa. Desta forma, promove espaços de diálogo, escuta e participação direta com as pessoas atingidas.

Desde que iniciou a atuação no Médio Rio Doce, em dezembro de 2022, a Aedas realiza uma série de atividades junto aos atingidos e atingidas, buscando uma melhor organização e maior participação, considerando a quantidade de pessoas, o objetivo do espaço, os temas a serem tratados e os resultados esperados.

Deste modo, a Aedas utiliza instrumentos e ferramentas que mapeiam o contexto socioeconômico destas pessoas e constrói com elas a garantia de sua participação no processo reparatório.

Dentre estes instrumentos está o Registro Familiar (RF), utilizado para atualizar o cenário e coletar dados atuais das famílias atingidas dos territórios que a Aedas assessora, a aplicação do RF foi realizada com mais de 1000 famílias.

Também foram organizados diversos Espaços Participativos, como Rodas de Diálogos, Grupos de Atingidos e Atingidas, Seminários Temáticos que proporcionaram a coleta de informações e dados sobre a participação dos atingidos e atingidas no processo de reparação.

Rodas de Diálogos (RD's) são espaços de transmissão ágil e massificada de informações as pessoas atingidas de uma mesma comunidade e/ou município

A REPARAÇÃO INTEGRAL PELAS MÃOS DAS PESSOAS ATINGIDAS: O RIO DOCE QUE QUEREMOS!

5

O Fundo Popular para Projetos Comunitários emerge enquanto proposição de ações e estratégias que tornam viável o processo de reativação econômica nos territórios atingidos. As medidas pensadas como alternativa para reativação econômica não devem se limitar a reestruturar as atividades produtivas, tão somente, mas sim devem se estender a traçar mecanismos que recuperem os recursos naturais necessários a essas atividades e reabilitar as relações comunitárias.



Roda de diálogo com comunidades quilombolas de Ilha Funda e Córrego 14. Outubro/2023

É importante lembrar: O Fundo Popular para Projetos Comunitários é uma medida de reparação de caráter coletivo, portanto deve ser gerido pela população atingida.

A proposta é que a GOVERNANÇA desse fundo seja realizada de maneira PARTICIPATIVA, com monitoramento popular de suas ações e projetos, ainda que seja necessária a contratação de entidade gestora, externa às mineradoras.

COMISSÕES DE ATINGIDOS

Atualmente, as pessoas atingidas dos municípios atingidos da Bacia do Rio Doce e do litoral capixaba estão participando da consolidação das Comissões Locais, conforme o que está previsto no TAC Governança, celebrado em 2018. Uma vez consolidada a auto-organização da população atingida, é possível que as Comissões Locais sejam esse espaço de construção de um modelo de Governança Popular e Participativa, que contemple as particularidades de cada município e de cada território.

ASSESSORIAS TÉCNICAS INDEPENDENTES

As assessorias técnicas independentes cumprirão um relevante papel, podendo realizar oficinas para escrita de projetos comunitários, acompanhar os atingidos na elaboração de propostas para o Fundo, bem como auxiliar na prestação de contas feita pelas comunidades proponentes. Esse trabalho é fundamental para não deixar ninguém para trás, criando condições para que todas as comunidades possam pleitear os recursos em pé de igualdade.

O poder criativo das mulheres, pessoas negras, idosos, PCDs, crianças, adolescentes e PCTs.

“Formalizar um pedido via município para que se tenha um local onde os Puri possam produzir seus artesanatos, exercer suas atividades econômicas”

(Clebinho, Resplendor)

É de suma importância objetivar um olhar prioritário aos critérios de acesso para grupos socialmente vulneráveis, tais como mulheres, crianças e adolescentes, idosos, pessoas negras, povos e comunidades tradicionais e pessoas com deficiência. Esses grupos, na prática, enfrentam dificuldades de serem tratados com prioridade pela Fundação Renova e de acessar os programas reparatórios estabelecidos no TAC. (ver cartilha 2)

É necessário destacar que só será possível falar em Governança Popular e Participativa a partir da construção feita pelas próprias pessoas atingidas. Construção essa que passa por uma proposta de detalhamento; monitoramento; execução; prestação de contas; entre outros requisitos necessários para que os projetos comunitários atendam a finalidade de compensação e reparação.

Com o intuito de agregar nessa construção, apresentam-se algumas diretrizes que podem vir a ser utilizadas:

- 1** Critérios que contemplem as especificidades dos respectivos territórios atingidos, de modo que essas particularidades sejam definidas no contexto de uma governança participativa;
- 2** Método que atenda às especificidades das necessidades das mulheres, pessoas negras, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, com possibilidade de definição de cota mínima a ser destinada para projetos que contemplem esses grupos;
- 3** Critérios probatórios adequados à realidade territorial e as especificidades desses grupos.
- 4** Realização de processos formativos pedagógicos visando a autonomia das pessoas atingidas na elaboração, execução e gestão do Fundo Popular.
- 5** Na distribuição de recursos precisa ser atendido o critério da severidade dos danos, devendo ser observados a escala (o quão grave é o dano); 2) o escopo (o quão alastrado é o dano) e; 3) a irremediabilidade (o grau de dificuldade para reparação dos danos).

Destaque-se que a Aedas possibilitará novos espaços participativos para validação e continuidade da elaboração do Fundo Popular, de forma que as pessoas atingidas sigam aprofundando suas compreensões sobre a proposta.

E você, como acha que os projetos comunitários deveriam ser geridos?



PROJETOS COMUNITÁRIOS UMA ESTRATÉGIA BEM-SUCEDIDA PARA REABILITAÇÃO DE TERRITÓRIOS

6

A reabilitação de territórios atingidos tem sido objeto de preocupação internacional. Por meio dos Princípios Orientadores de Direitos Humanos e Empresas, endossados pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, algumas diretrizes indicam parâmetros fundamentais a serem observados.

O primeiro deles é o da participação das pessoas atingidas e a sua centralidade na tomada de decisões sobre a execução, o monitoramento, os critérios de acesso, de prestação de contas e de definição de critérios de priorização. Outro parâmetro é o da Reconstrução Melhor, isto é, é necessário que as medidas de reabilitação busquem reconstruir o que foi destruído de forma semelhante ou melhor do que a situação anterior ao desastre.



Diversas experiências populares espalhadas pelo Brasil podem ser tomadas como paradigma de boas práticas, exemplos para o Fundo de Projetos Comunitários no Rio Doce e Região Costeira, Estuarina e Marítima do Espírito Santo. O que acham da possibilidade de trocas de saberes?

Ater Mulheres, da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER que incentiva a participação feminina no campo por meio de assistência técnica rural é um ótimo exemplo de projeto que promove a autonomia econômica para mulheres.

Projeto Dom Helder Câmara, cria condições para famílias produzirem e comercializarem seus produtos agrícolas nas comunidades rurais onde residem. Ambos promovem a alimentação e vida saudável para a população do campo, além do combate à fome. omia econômica para mulheres.

Hortas do PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável), projetos do Movimento de Atingidos por Barragens que fomenta um sistema de produção que respeita os modos de produção camponesa e o meio ambiente, por meio, da produção de hortaliças para consumo familiar e geração de renda.

Cisternas de placas para acumulação da água da chuva – conquistadas pelas famílias atingidas pela barragem de Acauã, no Ceará, e feitas pelo Centro de Ação Cultural (Centrac). Cada cisterna tem capacidade de acumular 16 mil litros de água, o que corresponde as necessidades de 5 pessoas durante um ano.

Placas Solares Para Aquecimento De Água Em Porto Alegre - A Placa Solar do Sistema ASBC (Aquecedores Solares de Baixo Custo) é uma tecnologia alternativa de aquecimento da água através da radiação solar, sem uso de energia elétrica, o que pode corresponder à um desconto de 30% mensal na conta de luz.

Estes projetos têm em comum a busca pela centralidade da pessoa atingida. Seja no caso dos atingidos pela seca, das vítimas da fome ou das mulheres que buscam melhorar a sua produção econômica. Em todos estes casos o aspecto diferencial é a participação ampla e informada das pessoas e comunidades.

O RIO DOCE QUE QUEREMOS!

7

Devido a variedade e complexidade dos danos, ações estruturantes e de reativação econômica que viabilizem a retomada das atividades produtivas nos territórios atingidos, precisam abranger iniciativas diversas. Desde a implementação do projeto, durante os espaços participativos da Aedas diversos foram os relatos acerca das necessidades das comunidades:

“(...) ter um programa estadual ou municipal sobre ter um programa de aprendiz em que os adolescentes possam desenvolver uma profissão para o seu futuro. O que pode ser visto para os adolescentes que querem ser pequenos aprendizes.

(Dauáma Meire Mniamá Puri, Resplendor)



“Nosso projeto seria uma praça para lazer, com parquinho para crianças e área para exercício. Isso a gente conseguiria englobar aqui no nosso distrito. A gente tem em Periquito, mas não consegue aqui no Assentamento. Essa praça impactaria muito no nosso ambiente aqui pois teria uma valorização e o uso de idosos e crianças. O objetivo dessa praça seria promover a saúde física e a mental, porque desde o rompimento, a gente não tem mais o lazer de sair o sábado ou o domingo para poder ir pescar ou fazer o uso da prainha, onde a gente usava o rio Doce”

(Alexandra Luiz do Assentamento Liberdade, localizado em Periquito - MG).

“Se é dinheiro público então é destinado à população. Então esse dinheiro da repactuação também tem que ser investido no Instituto Federal. Digo mais, a Universidade Federal que tem que ser criada aqui! (...) Universidade Federal do Vale do Aço”

(Jessica Fernandes, da equipe de coordenação do Educafro, um pré-enem comunitário que conta com uma das sedes em Ipatinga)

“Precisamos de uma obra de contenção de risco. Por que não nessa repactuação? Por que não nesse dano que não foi reconhecido na Barra do Manhuaçu? Os rejeitos depositados no fundo do rio elevaram o nível das águas. O impacto direto nas construções é de um metro e até um metro e meio por causa da enchente que aconteceu logo após o rompimento, em dezembro de 2015, e de lá pra cá só piora. Não fomos ressarcidos desse dano até hoje”

(Benilde Madeira, presidente da Associação dos Pescadores e Trabalhadores de Aimorés (APETRA) e membro da comissão de atingidos)

Outras iniciativas e sugestões de projetos comunitários apresentados por pessoas atingidas nos espaços de diálogo da assessoria técnica foram: a criação de poços de peixes, pequenas barragens de água da chuva para irrigação, fortalecimento de cooperativas de produtores rurais, do fortalecimento de produções artesanais e tradicionais, etc.

Chuva de Ideias:

- **Horta comunitária: de inclusão social e produtiva**
- **Farmácia Viva**
- **Banco de Alimentos do Rio Doce**
- **Projeto de fortalecimento de vínculo popular e comunitário**
- **Projeto de fomento a educação de jovens em territórios atingidos**
- **Projeto de economia solidária voltado a mulheres atingidas**
- **Projeto promoção de cultura e educação popular**
- **Projeto de cuidado e promoção a saúde mental no Rio Doce**

- **Projeto de resgate e fortalecimento da memória e tradicionalidade**
- **Projeto de fortalecimento da rede de atenção primária a população atingida pelo rompimento da barragem de fundão**
- **Projeto de fomento a renda e trabalho: tanques de peixes e a reestruturação da economia local**
- **Projeto de fortalecimento das cooperativas de produtores rurais**
- **Projeto de fortalecimento do escoamento da produção em feiras livres e comunitárias**
- **Projeto de fomento a Etnoeconomia do Rio Doce**
- **Projeto de economia solidária voltado a produção e fortalecimento de artesanato local**
- **Projeto “tem na minha roça”: fomento a economia local e quintais produtivos**

8. QUANTO PRECISARIA SER RESERVADO PARA O FUNDO POPULAR?

8

A criação de um fundo exige cálculos precisos acerca dos valores a serem gastos em cada projeto ou no total dos projetos previstos. Entretanto para fins didáticos, buscando encontrar uma estimativa de valores mínimos necessários para a execução dos Programas Comunitários na Bacia do Rio Doce e litoral capixaba, a Aedas utilizou como base para os cálculos, outras experiências recentes de criação de projetos relacionados a rompimentos de barragens, considerando alguns possíveis cenários para cada proposta de valoração.

Os valores foram calculados em comparação com o anexo I.1 do Paraopeba e com o Termo de Ajustamento Preliminar – TAP do Termo de Ajustamento de Conduta 2 – TAC2 de Itatiaiuçu/MG, levando em conta os municípios atingidos tanto pelo rompimento das barragens da Mina Córrego do Feijão (Paraopeba), quanto pelo rompimento da Barragem de Fundão (Rio Doce), como também pelo acionamento do Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração - PAEBM da Arcelor Mittal do Brasil em Itatiaiuçu/MG. Os cenários e seus respectivos valores foram os seguintes:

CENÁRIOS	VALORES
CENÁRIO 1: paradigma PARA-OPEBA/DOCE. Número de municípios atingidos nas duas bacias (25 para o Paraopeba, 45 para a bacia do Rio Doce)	CENÁRIO 1: 6,24 BI
CENÁRIO 2: paradigma PARA-OPEBA/DOCE. População total dos municípios atingidos das duas bacias a partir do censo de 2022.	CENÁRIO 2: 7,43 BI
CENÁRIO 3: paradigma ITATIAIUÇU/DOCE. Número de municípios atingidos (01 para Itatiaiuçu/45 para a bacia do Rio Doce)	CENÁRIO 3: 13,57 BI
CENÁRIO 4: paradigma ITATIAIUÇU/DOCE. População total dos municípios atingidos dos dois casos a partir do censo de 2022.	CENÁRIO 4: 51,47 BI
CENÁRIO 5: Comparação entre os Produtos Internos Brutos (PIB) dos municípios, utilizado como variável de aproximação (proxy) da dinâmica e complexidade das economias das regiões.	CENÁRIO 5A: BACIA DO PARA-OPEBA. R\$ 6,2 BI. CENÁRIO 5B: 5 BI (ITATIAIUÇU) R\$ 13,37BI

NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS!

9

"um outro mundo é possível, um outro
rio é possível, mas só com a nossa par-
ticipação"

(Quilombo Ilha Funda e Quilombo Córrego 14)



Ato em Belo Horizonte "Revida Mariana". (Nane Camargos)

A AEDAS aprendeu com os atingidos que a luta “Por um Rio Doce vivo, justo e sem fome” tem vários aspectos. A busca por reparação integral também passa por:

REPARAÇÃO COM PROTAGONISMO POPULAR:

Participação efetiva dos atingidos durante o processo de construção do acordo de repactuação e construção uma forma de governança que garanta a participação efetiva dos atingidos e atingidas.

ASSESSORIAS TÉCNICAS INDEPENDENTES:

Direito a Assessoria Técnica Independente para todas as regiões atingidas, de acordo com os critérios e escopos já elaborados até o término da reparação.

INDENIZAÇÃO INDIVIDUAL JUSTA

Indenização justa capaz de reparar totalmente os danos materiais e imateriais sofridos com o desastre-crime para todas as pessoas atingidas em valores adequados a uma reparação integral, incluindo:

- 1** Equiparação dos pagamentos do PIM ÁGUA e do NOVEL ÁGUA;
- 2** O pagamento do AFE para quem foi reconhecido pelo NOVEL (queda da quitação geral).

RIO DOCE SEM FOME

Programa de transferência de renda capaz de resolver os problemas da fome e do abalo à renda na Bacia do Rio Doce e litoral capixaba;

FUNDO POPULAR

Para financiar projetos comunitários, com previsão de gestão popular, sem a interferência das empresas e da Fundação Renova;

FUNDO SOCIAL

Aplicação em políticas públicas nas áreas sociais de maior relevância, definidas com participação popular e com preferencial destinação dos recursos às regiões atingidas e as mais empobrecidas;

RESTITUIÇÃO AO DIREITO DE MORADIA ADEQUADA

Garantia de reforma, indenização e reassentamento de moradias danificadas pela passagem do rejeito, pelas obras de reparação e pelas enchentes, em suas diversas modalidades. Incluindo os reassentamentos Coletivos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira e dos Reassentamentos Familiares.

POLÍTICAS DE SAÚDE VOLTADAS À POPULAÇÃO ATINGIDA;

Aprovação e efetivação dos planos municipais de saúde e fortalecimento do SUS e criação de um programa na área da saúde que garanta o diagnóstico, monitoramento, prevenção e atendimento da população atingida pelos diversos danos à saúde, física e psíquica.

RIO DOCE VIVO COM SUA REPARAÇÃO INTEGRAL

Garantia de descontaminação e revitalização de todas as regiões contaminadas pela lama tóxica, com a criação de programas de revitalização da bacia com participação popular e com previsão de recursos sem valor teto, até a plena reparação ambiental.

AUXÍLIO FINANCEIRO EMERGENCIAL (AFE)

Acesso ao auxílio financeiro emergencial para todos os atingidos e atingidas que se enquadram nos critérios já existentes, criação de novos critérios e inclusão de todos que já receberam através do sistema Novel.



EFETIVAÇÃO DA DELIBERAÇÃO 58 DO CIF

Relativo ao reconhecimento de novas categorias e territórios ainda excluídos da reparação na bacia do rio Doce.

POLÍTICA NACIONAL DE DIREITOS DAS POPULAÇÕES ATINGIDAS POR BARRAGENS (PNAB)

POLÍTICA DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA DAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS

FUNDO NACIONAL

Reparação, proteção, segurança e desenvolvimento dos territórios atingidos, direcionado à solução dos problemas das populações atingidas e ribeirinhas.

RECONHECIMENTO DAS NOVAS CATEGORIAS E TERRITÓRIOS AINDA HOJE EXCLUÍDOS DA REPARAÇÃO

Reconhecimentos, como cadeias de apoio a pesca, agricultura e turismo, surfistas, manchas de inundação (deliberação 617 do CIF), áreas de assentamentos, comunidades tradicionais, entre outros.

POLÍTICA ESTADUAL DE DIREITOS DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (PEAB)

Aprovação pelo governo do Espírito Santo

Por isso, a Aedas convida para todas e todos sigam participando dos grupos de atingidas e atingidos, rodas de diálogos, seminários temáticos e mobilizando para a conquista da REPARAÇÃO INTEGRAL.



FICHA TÉCNICA

ELABORAÇÃO DAS CARTILHAS

Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS)

PROJETO GRÁFICO

Matheus Santos da Silva
Taipa Território Criativo

COORDENAÇÃO METODOLÓGICA

Grupo de Trabalho Institucional -
AEDAS

COLABORAÇÃO

Associação de Desenvolvimento
Agrícola Interestadual - ADAI



**Revista
Mariana**
Justiça para limpar essa lama.



(33) 99975-3875(Leste) / (31) 97117-2388(Vale do Aço)



@aedasmg



fb.com/aedasiadoce



youtube.com/aedasmg



www.aedasmg.org



Roda de diálogo com pessoas atingidas em Pedra Corrida. Aedas, setembro/2023